

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Divulgação



Tiririca: o voto piada rebaixa a política

Votar é coisa séria. Ser votado também

Quando se candidatou pela primeira vez, o deputado Tiririca (PL-SP) apresentou-se ao público com sua peruquinha cômica e o seguinte slogan: "Vote em Tiririca. Pior do que tá não fica". Ficou. E muito ficou por causa sua eleição. Ao aderir à piadinha sem graça, Tiririca e seus eleitores contribuíam para o rebaixamento da política brasileira. Depois dele, deputados já ocuparam

a tribuna usando peruca loura para fazer discurso transfóbico. Ou levaram bonecas em confusa fala que misturava bebês reborn, religião e preconceito. Daqui a pouco mais de um ano, haverá novamente eleições. Eleger novos Tiriricas e assimilados é opção tanto do eleitor quanto do candidato. Nesse sentido, se propõe contribuir o Instituto Renova BR.

Viés

Há quem afirme que o Renova BR tem certo viés puxado para o liberalismo. O instituto nega. Afirma ser apartidário. Seja ou não seja, ele propõe algo que acaba de alguma forma sendo importante nesses tempos de políticos vazios: tenta agregar valor aos seus discursos.

Democracia

Ao Correio Político, a diretora de Educação do Renova BR, Marjorie Linn, afirma que o valor inegociável do instituto é o compromisso com a democracia. Num tempo em que isso não parece ser algo que importe para parte de quem está na política, é alguma coisa.

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



Tabata Amaral passou pelo Renova-BR

Curso tenta influir na renovação política

O Renova BR surgiu exatamente em 2018, quando boa parte dos eleitores foi em busca de uma renovação na política. Se hoje o Supremo Tribunal Federal (STF) julga se houve uma tentativa de golpe no país, é uma evidência de que, talvez, em muitos casos essa busca tenha produzido resultados equivocados. Marjorie, porém,

aponta alguns exemplos de políticos que desde então passaram pelo Renova BR que parecem fazer alguma diferença. São os casos da deputada Tá-bata Amaral (PSB-SP), do senador Alessandro Vieira (MDB-SE) e do deputado Daniel Soranz (PSD-RJ). "Ajudamos a formar políticos de diversos partidos e correntes ideológicas".

Antigos

Tanto políticos novos como antigos. A ideia é abrir vagas também para o aprimoramento de gente que hoje já tem mandato. "O propósito é aprimorar a política na democracia", afirma a diretora de Educação do Renova BR. Para este ano, abertas 150 vagas.

Sistema

"Como funciona o sistema político brasileiro, o papel de cada poder, das demais instituições", exemplifica Marjorie. Segundo ela, é uma preparação para que políticos que têm algo a dizer consigam competir de fato com os que nada têm a dizer, mas têm influência digital.

Eleições

As demais, até chegar a 300, serão abertas no ano que vem, quando haverá eleição para presidente, governadores, senadores e deputados. Segundo Marjorie, a formação mistura o ensino de técnicas de marketing político, comunicação digital com questões mais de fundo.

Influenciadores

Mais e mais esses influenciadores sentem que esse caminho político é possível. Mas nada adianta ter somente seguidores sem projeto. "Comunicação digital é importante, mas é preciso também ter pensamento crítico", defende Marjorie. Eis a batalha: eleger quem tem a dizer.

PL entrega projeto alternativo para anistia

Medida restringe possibilidade a quem invadiu os prédios

Por Gabriela Gallo

Diante das dificuldades em fazer avançar a ideia de uma anistia "ampla, geral e irrestrita" para os envolvidos nos chamados atos antidemocráticos, a oposição acabou cedendo.

O líder do PL na Câmara dos Deputados, Sóstenes Cavalcante (RJ), encaminhou ao Congresso Nacional um projeto de lei alternativo para a anistia que agora limita a possibilidade de perdão a quem efetivamente esteve na Praça dos Três Poderes e invadiu e eventualmente depredou os prédios da República.

O Correio Bastidores, de Fernando Molica, já havia antecipado a preparação do novo projeto. O texto foi entregue oficialmente ao presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), nesta quinta-feira (22). O PL atualmente aguarda ser pautado e, eventualmente, receber um relator. Durante a reunião de líderes da Câmara, também nesta quinta-feira, a líder da minoria na Casa, deputada Caroline De Toni (PL-SC), disse que a prioridade da oposição segue sendo a anistia dos envolvidos nos atos de 8 de janeiro.

Ao contrário do PL 2858/2022 – que é amplo e também concede anistia aos planejadores e financiadores dos atos de 8 de janeiro e até amplia a possibilidade para eventos ocorridos antes disso – esse projeto alternativo determina que "ficam anistiadas as pessoas físicas que tenham participado diretamente de manifestações ocorridas no



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Nova versão restringe anistia a quem estava mesmo no 8/01

dia 8 de janeiro de 2023, em Brasília, que resultaram em depredação de patrimônio público e privado".

Dosimetria

O projeto reitera que "a anistia concedida não exclui a apuração e responsabilização civil pelos danos efetivos causados ao patrimônio público". Contudo, ele concede perdão aos crimes de Abolição violenta do Estado Democrático de Direito e Golpe de Estado. Se aplicada, a medida reduzirá consideravelmente a dosimetria das penas aplicadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) aos envolvidos que foram condenados até o momento, com penalidades que variam de dez a 17 anos de prisão.

"Não se pode admitir que

manifestações, pacíficas ou não, sejam interpretadas como tentativa de golpe de Estado, sob pena de, a cada alternância de poder, condenarmos manifestantes contrários ao governante da ocasião à cadeia por supostamente atentarem contra a democracia. Somos favoráveis – partidos políticos e parlamentares de Direita – ao rigor da norma penal e do sistema penitenciário. Defendemos dura condenação de todos os baderneiros que participaram do famigerado 8 de janeiro. Porém, não coadunamos com revanchismo e tampouco com injustiças", destaca o documento apresentado pelo PL.

Desde que começaram as negociações acerca da possibilidade de anistiar os envolvidos nos atos antidemocráticos

de 8 de janeiro, os principais argumentos de parlamentares não apenas da oposição como do Centrão (dentre eles, o próprio Hugo Motta) é de que os responsáveis pelas depredações dos prédios precisam ser responsabilizados, mas julgam a dosimetria dos acusados como demasiadamente elevada.

"Defendemos que eles sejam responsabilizados, civil e penalmente, pela depredação de bens públicos e privados, pelo atentado contra integridade física de policiais e seguranças, exceto por Abolição violenta do Estado Democrático de Direito ou Golpe de Estado. Por fim, mas não menos importante, registramos que a concessão da anistia é competência atribuída pela Constituição da República ao Poder Legislativo".

CPI das Bets quer dados de influenciadores digitais

Por Karoline Cavalcante

A CPI das Bets quer saber quanto e de que forma influenciadores digitais estão ganhando dinheiro com as apostas no Brasil. A relatoria da CPI, senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS), pediu ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coafi) que elabore relatórios sobre a movimentação financeira de Virgínia Fonseca e Rico Melquiades. Os dois influenciadores, que têm contratos com casas de apostas bets, depuseram recentemente à CPI e ambos optaram ao silêncio quando perguntados sobre os detalhes de seus contratos.

O pedido de Soraya para a preparação pelo Coafi de um Relatório de Inteligência Financeira (RIF) foi aprovado pelo colegiado durante a sessão marcada para ouvir o padre Patrick Fernandes, convidado a falar sobre sua percepção social e moral a respeito dos jogos de apostas online e o seu devido impacto na sociedade.

Para fundamentar o requerimento da elaboração do documento sobre Virgínia, a senadora citou o envolvimento ativo da influenciadora com campanhas de marketing para divulgar o setor, que, segundo ela, precisa passar por uma avaliação sobre a necessidade de uma regulamentação mais rigorosa.

Alcance

"Será de fundamental importância para o andamento



Reprodução Instagram/@Carlinhos

Carlinhos Maia é mais um influenciador chamado pela CPI

das investigações sobre a promoção de apostas online no Brasil, contribuindo para o esclarecimento da atuação dos influenciadores digitais neste mercado", declarou Soraya.

Enquanto no caso de Rico, a relatora classificou o grande alcance nas redes sociais do ex-participante do reality "A Fazenda", como um dos pontos centrais para a compreensão do papel da publicidade digital na disseminação desse tipo de conteúdo. "Dessa forma, entende-se que os documentos ora solicitados ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) desempenharão papel fundamental no suporte às atividades desta Comissão", concluiu.

Carlinhos Maia

A CPI segue no encaixe de influenciadores e seus papéis na promoção dos jogos de apostas. A comissão aprovou a convocação do influenciador digital Luiz Carlos Ferreira dos Santos, mais conhecido como Carlinhos Maia, para prestar esclarecimentos sobre sua atuação na promoção de plataformas de apostas online em suas redes sociais, onde acumula mais de 34 milhões de seguidores. O comediante será ouvido na condição de testemunha, mas o depoimento ainda não tem data definida.

No requerimento apresentado por Soraya Thronicke, ela menciona que, de acordo com reportagens, o valor estima-

do de contratos de Carlinhos com empresas do setor chegou a R\$ 40 milhões por ano. "Diante da abrangência de sua influência, especialmente sobre públicos vulneráveis, torna-se imprescindível compreender os termos e a natureza dessas relações contratuais, bem como os critérios éticos e legais adotados para a divulgação desses conteúdos", defende a senadora em seu requerimento.

A senadora afirma, ainda, que visa esclarecer o grau de responsabilidade assumido por influenciadores no processo de veiculação de publicidade relacionada a apostas, "inclusive no que diz respeito à transparência das ações promocionais, à conformidade com a legislação vigente e à eventual indução de comportamento de risco financeiro por parte de seus seguidores".

CPI das Bets

Instalada em 12 de novembro de 2024, a CPI das Bets tem como objetivo investigar a crescente influência dos jogos virtuais de apostas online sobre o orçamento das famílias brasileiras, bem como a possível associação dessas atividades com organizações criminosas envolvidas em práticas de lavagem de dinheiro. Também é objeto de apuração o uso de influenciadores digitais na promoção e divulgação desses jogos.

Inicialmente com término previsto para 30 de abril, teve seu prazo estendido por mais 45 dias, com previsão de conclusão dos trabalhos para 14 junho.